

Convicção mata

IMPUNIDADE A luta da família do reitor Cancellier contra a delegada Erika Marena

POR RENÉ RUSCHEL

O substantivo feminino “convicção” faz parte do vocabulário oficial da força-tarefa da Lava Jato. Quem não se lembra do PowerPoint elaborado pelo procurador da República, Deltan Dallagnol, e sua “convicção” sobre a culpa do ex-presidente Lula? Exatamente um ano depois, 14 de setembro de 2017, a delegada da Polícia Federal Erika Marena, uma das integrantes da operação, comandou em Florianópolis a Ouvidos Mocos, que prendeu, sem qualquer prova e sem direito a defesa, o então reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Luiz Carlos Cancellier. Marena também mandou para a cadeia seis funcionários da universidade e 23 outros indiciados por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e peculato. À época, a delegada afirmou que a polícia agia com responsabilidade e não faria um pedido desses se não tivesse “a convicção de sua necessidade”.

Preso, destituído do cargo que ocupava há 16 meses, proibido de frequentar as dependências da universidade e ter contato com qualquer integrante do corpo universitário, o ex-reitor foi levado a uma prisão de segurança máxima, acusado de ter desviado 80 milhões de reais. “Ele foi humilhado, extremamente humilhado” lembra o irmão, Acioli Cancellier. Libertado depois de todo o constrangimento, o ex-reitor se suicidou. Saltou do sétimo andar de um *shopping* localizado na

Avenida Beira-Mar, na capital catarinense.

O interrogatório durou seis horas, feito por um delegado recém-chegado de Pernambuco “que não conhecia o inquérito e ficou lendo perguntas, pressionando-o para confessar antes que fosse tarde”, acrescenta o irmão. Antes, o reitor foi submetido a uma vexatória revista íntima – por duas vezes, na Polícia Federal e na Penitenciária –, e mantido nu durante mais de duas horas diante de outros presos, para finalmente vestir o uniforme do presídio, ser algemado e acorrentado nos pés. Seu martírio durou cerca de 30 horas. A juíza Janaina Cassol, que aceitou o pedido da delegada, solicitou licença médica no mesmo dia da prisão. A magistrada que a substituiu, Marjorie Freiburger, acatou o *habeas corpus* e encaminhou o alvará de soltura na noite do dia seguinte.

“Ele deixou a prisão preocupado com a família e o filho. Tentou nos tranquilizar, mas, claro, estava muito abatido”, conta Acioli, que esteve próximo do irmão nos últimos dias de vida. Os piores possíveis. Cancellier temia ser reconhecido nas ruas e humilhado em público, pois sua vida fora exposta em jornais, revistas,

A policial tem sido poupada, apesar dos excessos na Ouvidos Mocos

sites e noticiários televisivos. Afinal, era o reitor que “roubou” 80 milhões. “Ele não tinha carro, então andávamos de táxi pela cidade. Mas percebi que ficava muito constrangido, com medo de ser notado. Aluguei um automóvel para termos privacidade nos deslocamentos.”

Acioli fez duas representações contra a delegada Marena. A primeira, endereçada ao então ministro da Justiça Torquato Jardim, ao qual reclamava da condução da Ouvidos Mocos. Nunca recebeu resposta. Tempos depois foi informado que a Polícia Federal teria encaminhado o resultado do inquérito. “Também não recebi. Enviaram para um endereço em São Bernardo do Campo e eu moro em São José dos Campos.” A segunda representação, endereçada ao então ministro da Segurança Pública Raul Jungmann, não foi examinada, dado o pouco tempo do titular na pasta. Com Jair Bolsonaro eleito e o Sergio Moro transformado em “superministro”, a delegada Marena subiu na carreira e passou a ocupar um cargo no ministério. “Nunca soube de qualquer resultado das minhas interpelações”, afirma Acioli.

Ainda assim, a verdade, aos poucos, começou a aparecer. A própria Polícia Federal, nos primeiros dias após a prisão, reconheceu que o montante do suposto desvio nem de perto somava 80 milhões de reais. Esse valor correspondia ao total dos repasses ocorridos entre os anos de 2008 e 2016 para o programa de ensino a distância, alvo do inquérito. Cancellier tomou posse em maio de 2016. Se havia suspeitas de desvio de recursos durante todos esses anos, por que nenhum dos antecessores foi investigado? O relatório final da PF, um calhamaço com mais de 800 páginas, é inconclusivo, frágil, inconsistente e não apresenta prova de desvio ou irregularidade. A investigação no caso de Cancellier foi encerrada por causa de seu suicídio, embora o processo, que



Inconsequência. A ação espetaculosa e infundada de Marena levou o reitor à morte

REDES SOCIAIS E PIPO QUINTAGECOM/UFGC

envolve outros acusados, ainda tramite na Justiça. Inocentada pela Corregedoria da polícia, Marena acabou transferida dois meses após a morte do reitor para a Superintendência de Sergipe. De lá, em 2018, foi assessorar Moro em Brasília. Uma sindicância concluiu que ela “não cometeu nenhuma irregularidade” no processo da prisão. Essa versão perdurou até o último dia 22 de fevereiro, quando vieram à tona algumas evidências que podem mudar a versão oficial.

De acordo com cópias dos diálogos entre procuradores da Lava Jato

apreendidos pela Operação Spoofing, há indícios de que a delegada teria forjado um depoimento falso no processo. Em uma troca de mensagens entre os procuradores Deltan Dallagnol e Orlando Martello Júnior, o chefe da força-tarefa curitibana escreve: “Como expõe a Érika: ela entendeu que era pedido nosso e lavrou o termo como se tivesse ouvido o cara, com escrivão e tudo, quando não ouviu nada... Dá no mínimo falsidade... DPFs são facilmente expostos a problemas administrativos”. O colega Martello respondeu: “Se deixarmos barato,

vai banalizar. (...) podemos conversar com ela e ver qual estratégia ela prefere”.

Nenhum dos procuradores cita em qual operação teria acontecido a farsa. O Supremo Tribunal Federal solicitou ao ministro da Justiça, André Mendonça, a apuração dos fatos. Marena, até agora, não se manifestou. *CartaCapital* tentou contatos por telefone e encaminhou, por e-mail, mensagens à Assessoria de Comunicação da Superintendência da Polícia Federal do Paraná e ao endereço eletrônico corporativo da delegada solicitando uma entrevista, mas não obteve retorno.

Apesar de não esperar o reconhecimento dos erros na operação, Acioli quer ao menos limpar a honra do irmão. Entre a prisão e o suicídio, lembra, tudo aconteceu de maneira muito rápida. “Imagino que o Cau arquitetou a morte quando percebeu que a mácula que o impingiram só seria lavada com o seu sangue.” Na noite anterior, o ex-reitor esteve no piso de onde pularia. No local existem várias salas de cinema. Um amigo relatou que o encontrou por lá, mas ninguém sabe se assistiu a um filme antes de tirar a própria vida. Naquela semana, a sensação nas telas era *Polícia Federal, a Lei é Para Todos – Os Bastidores da Operação Lava Jato*, uma hagiografia de Sergio Moro e da “República de Curitiba”. •

